



VIDA NOVA

A GÊNESE DA DOUTRINA

FUNDAMENTOS DA
CRÍTICA DOUTRINÁRIA

ALISTER E. MCGRATH

SUMÁRIO

Prefácio.....	9
Siglas e abreviações.....	13
1. A GÊNESE DA DOUTRINA.....	15
Doutrina e dogma	23
Doutrina e teologia.....	25
2. A NATUREZA DA DOUTRINA: RESPOSTA A GEORGE LINDBECK.....	29
A teoria proposicionalista-cognitiva	30
A teoria expressivista-experencial.....	36
A teoria linguístico-cultural.....	42
Uma avaliação preliminar da análise de Lindbeck.....	49
3. A NATUREZA DA DOUTRINA: QUATRO TESES.....	53
A doutrina como demarcador social	55
A doutrina como interpretação da narrativa	70
A doutrina como interpretação da experiência	84
A doutrina como afirmação da verdade	91
4. SOBRE SER CONFINADO À HISTÓRIA.....	101
A estranheza do passado.....	101
O conceito de relativismo cultural	107
A teologia e a sociologia do conhecimento.....	111
5. A AUTORIDADE DO PASSADO NO PENSAMENTO CRISTÃO MODERNO	127
O Renascimento.....	128
A Reforma.....	141
A Reforma Magisterial.....	142
A Reforma Radical.....	155
O Iluminismo alemão.....	156
A crítica histórica do dogma.....	162
As verdades necessárias da razão.....	164
O conhecimento do passado.....	166

Os historiadores do dogma.....	169
A autoridade do passado: a influência dissimulada da ideologia.....	176
A lembrança do passado: um modelo teórico.....	188

6. TRADIÇÃO: ACESSO AO PASSADO QUE CONFERE IDENTIDADE..... 195

A inevitabilidade do passado.....	196
O preconceito do Iluminismo contra a tradição.....	203
A memória do passado.....	209
A importância hermenêutica da tradição de uma comunidade.....	211
O futuro da doutrina.....	216
Conclusão.....	221

Bibliografia.....	225
-------------------	-----

Índice.....	249
-------------	-----

PREFÁCIO

A REAPROPRIAÇÃO CRÍTICA DA HERANÇA doutrinária da tradição cristã talvez seja uma das tarefas mais difíceis com que se defronta a teologia contemporânea. Que critérios devem ser empregados na avaliação do passado, de modo que sejam selecionados aqueles aspectos da rica tradição doutrinária cristã que se destacam por sua vitalidade e relevância contemporâneas? Qual é a autoridade do passado na articulação da teologia cristã no presente? Há uma tendência compreensível de se adotar uma abordagem acrítrica no tocante a essa questão. O poder sedutor que conduz à confirmação acrítrica da tradição cristã só encontra paralelo, em seu apelo e ausência de valor, na *rejeição* acrítrica do passado. Na prática, é claro, todos os que fazem teologia cristã empregam critérios quando avaliam o valor presente do passado, não importa se esses critérios são, ou não, articulados e defendidos de maneira consciente e explícita. Mas que critérios *são* esses? Quais foram no passado? Como são escolhidos e justificados?

A disciplina da *crítica doutrinária* procura avaliar a confiabilidade e a adequabilidade das formulações doutrinárias da tradição cristã ao identificar o que elas se propõem expressar, ao esclarecer as pressões e influências que levam à sua gênese e ao sugerir critérios — históricos e teológicos — por meio dos quais é possível avaliá-las e, se necessário, reformulá-las. Meu interesse pessoal pela disciplina surgiu, primeiramente, em decorrência de um envolvimento contínuo ao longo de dez anos com a história do desenvolvimento de uma doutrina específica (a doutrina da justificação) no âmbito da tradição cristã ocidental;¹ e, em segundo lugar, através de um estudo das origens intelectuais da Reforma,² momento em que despontava uma nova era na história das formulações doutrinárias. Embora meus interesses hoje se estendam muito além dessa doutrina e desse período específicos, aqueles primeiros estudos serviram para me convencer da importância de um conjunto de questões relativas à doutrina cristã que parecem ser anteriores ao envolvimento com a crítica doutrinária propriamente dita. Como se explica o desenvolvimento da doutrina e o subsequente exercício do controle dela? Podem-se usar apenas critérios históricos para avaliar a autenticidade das formulações doutrinárias? Existe essa “essência do cristianismo”, e, se existir, por que meios, em primeiro lugar, é possível identificá-la

¹McGrath, *Iustitia Dei*, complementado por uma série de estudos detalhados nas listas bibliográficas citadas na obra.

²McGrath, *Luther's theology of the cross*; idem, *Intellectual origins of the European Reformation* [edição em português: *As origens intelectuais da Reforma*, tradução de Susana Klassen (São Paulo: Cultura Cristã, 2007)].

e, em segundo, incorporá-la à reflexão doutrinária? Em que medida as formulações doutrinárias refletem a situação sociopolítica da comunidade que as gerou, e de que modo essa influência pode ser assimilada *criticamente*? Ao lidar com essas questões, a possibilidade de escrever uma série de obras — agora em preparação — sobre os temas relacionados tornou-se cada vez mais atraente, mesmo que seja apenas para me ajudar a clarear a própria mente.

Antes disso, porém, há três questões que constituem o assunto principal da presente obra. Que pressões e fatores resultam na geração de formulações doutrinárias? O que *é* doutrina, afinal de contas? E que autoridade se deve atribuir à herança do passado na reflexão doutrinária cristã? Esses temas se acham inter-relacionados, o que torna seu estudo, no âmbito de uma mesma obra, realista e possivelmente cativante. De fato, este livro pode ser considerado um estudo sobre os fundamentos da crítica doutrinária, prenunciando um envolvimento posterior mais substancial com esse assunto. Por mais experimentais e provisórias que sejam as análises, esperamos que sirvam para estimular a discussão de questões como as que mencionamos aqui.

Convém reconhecer o impulso já dado ao presente debate com a publicação de *The nature of doctrine* [A natureza da doutrina], de George Lindbeck (1984),³ que chamou a atenção para os desafios suscitados pela reflexão teológica atual com o surgimento do que Lindbeck chamou de “pós-liberalismo”. Sem subscrever necessariamente à análise que o autor faz da atual atmosfera teológica na América do Norte, ou as propostas específicas que apresenta no tocante à nossa compreensão da natureza da doutrina, tenho certeza de que ele está correto em sugerir que a hora é apropriada — se é que já não passou há tempos — para uma nova análise cuidadosa tanto da natureza da doutrina quanto do papel do passado na reflexão teológica atual. De fato, não me pareceria injusto dizer que a análise séria precisamente de tais questões é pré-requisito fundamental para uma discussão informada acerca da natureza, do propósito e do futuro da doutrina cristã.

A gênese da doutrina é, em parte, uma análise histórica, um estudo de como o fenômeno da doutrina surgiu, como foi compreendido e de que maneira o passado foi reestruturado e reapropriado pelos teólogos cristãos, sobretudo no período moderno. A análise histórica, é preciso reconhecer, não é um empreendimento dos mais cativantes e costuma passar a impressão de que a teologia cristã é “enfadonha, meticulosa e pacientemente voltada a coligir documentos”.⁴ Apesar disso, trata-se de um dos recursos mais importantes da reflexão teológica crítica contemporânea séria, no sentido de que subverte as análises impecáveis daqueles que sintetizam o passado numa tradição ordenada e sagrada, impondo um padrão pré-selecionado sobre seu fluxo.⁵

³Lindbeck, *The nature of doctrine*.

⁴Foucault, *Language, counter-memory, practice*, p. 139.

⁵Veja, a respeito, Foucault, *The order of things* [edição em português: *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, 8. ed., tradução de Salma Tannus Muchail (São Paulo: Martins Fontes, 2000)].

A análise histórica defende a ascendência da história viva sobre as construções teóricas artificiais, opondo-se ao mesmo tempo a elas, insistindo na prioridade dos fenômenos históricos sobre a análise teórica abstrata. A doutrina, tida como fenômeno histórico, é de uma profundidade e de uma riqueza que não podem ser capturadas de modo adequado pelas teorias reducionistas da natureza da doutrina.

Todavia, o presente estudo não é meramente histórico em seu caráter, tampouco pode a disciplina da crítica doutrinária repousar inteiramente sobre a análise histórica. Não se podem produzir declarações conceituais normativas com base unicamente em detalhes históricos. Está implícita nessa investigação uma dialética criativa entre o histórico e o descritivo, de um lado, e o teológico e o prescritivo, de outro. Ao explorar a complexa interação entre a análise histórica e a construção teológica, esta obra procura compreender a “história da história” — em outras palavras, entender os usos que as gerações passadas de teólogos do período moderno encontraram para a herança doutrinária do passado em suas próprias deliberações teológicas. Embora uma análise completa da dialética entre o que é descritivo do ponto de vista da história e o que é normativo do ponto de vista da teologia, entre o histórico e o conceitual, esteja além do escopo deste livro, esperamos mesmo assim chegar a alguns esclarecimentos preliminares dos seus contornos.

Ao escrever uma obra desta natureza, o autor incorre em muitas dívidas com várias pessoas, muitas das quais não são fáceis de identificar, muito menos de reconhecer. O estímulo para escrever este livro surgiu de um convite da Universidade de Oxford para que eu proferisse as Preleções Bampton de 1990. Essas preleções são aqui apresentadas de forma substancialmente modificada e ampliada, como requer a complexidade do tema. As Preleções Bampton sempre foram ministradas, tradicionalmente, por teólogos experientes de reputação notável. Estou perfeitamente cômico de que não tenho tal experiência ou distinção, e espero que a importância do assunto em pauta compense, de algum modo, as deficiências óbvias do expositor. Agradeço a várias bibliotecas e instituições europeias por sua hospitalidade e pelo uso de suas invejáveis instalações no decurso da elaboração deste livro: a Biblioteca Medicea-Laurenziana, a Biblioteca Nazionale, a Biblioteca Riccardiana e a Biblioteca della Facoltà di Lettere e Filosofia (Florença); a Bibliothèque Publique et Universitaire e o Institut d'Histoire de la Réformation (Genebra); o Institute of Historical Research (Londres); a Bodleian Library (Oxford); a Bibliothèque Nationale (Paris); a Stadtsbibliothek Vadiana (St. Gallen); a Österreichische Nationalbibliothek e a Universitätsbibliothek (Viena); a Zentralbibliothek, o Institut für Hermeneutik e o Institut für Schweizerische Reformationsgeschichte (Zurique). Sou sinceramente grato à British Academy pela Bolsa concedida para a pesquisa, à Universidade de Oxford pela concessão da Bolsa para estudos no exterior da Denyer and Johnson Travelling Fellowship e ao Wycliffe Hall pelo período de licença de minhas responsabilidades acadêmicas. Sem isso, esta obra não poderia ter sido escrita. Várias

peças leram a versão preliminar deste livro, e sou grato a elas pela bondade com que se dispuseram a fazê-lo e por seus comentários valiosos. Agradeço especialmente a David F. Ford, a John Macquarrie, a Gordon J. Michalson Jr., a Robert Morgan e a Rowan Williams. Agradeço também a Joanna McGrath, a Gerhard Sauter, a Stephen W. Sykes e a Josef Wolmuth por suas sugestões úteis. No fim das contas, porém, quaisquer falhas aqui encontradas são de minha inteira responsabilidade. Por último, quero agradecer à Faber and Faber Publishers por me permitirem citar trechos de “The dry salvages”, de *Four quartets*,⁶ de T. S. Eliot.

⁶Edição em português: *Quatro quartetos*, tradução de Ivan Junqueira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967).

SIGLAS E ABREVIACÕES

<i>ARG</i>	<i>Archiv für Reformationsgeschichte</i>
<i>CD</i>	<i>Church Dogmatics</i>
<i>HeyJ</i>	<i>Heythrop Journal</i>
<i>JAAR</i>	<i>Journal of the American Academy of Religion</i>
<i>JBL</i>	<i>Journal of Biblical Literature</i>
<i>JHI</i>	<i>Journal of the History of Ideas</i>
<i>JPh</i>	<i>Journal of Philosophy</i>
<i>JR</i>	<i>Journal of Religion</i>
<i>JThS</i>	<i>Journal of Theological Studies</i>
<i>KuD</i>	<i>Kerygma und Dogma</i>
<i>LB</i>	Opera omnia Erasmi Roterodami, organização de J. LeClerc
<i>MPL</i>	Patrologiae cursus completus, Series Latina, organização de Migne
<i>MTb</i>	<i>Modern Theology</i>
<i>NZSTb</i>	<i>Neue Zeitschrift für Systematische Theologie und Religionsphilosophie</i>
<i>OC</i>	Ioannis Calvinii opera omnia quae supersunt
<i>RThAM</i>	<i>Recherches de Théologie Ancienne et Médiévale</i>
<i>SJTb</i>	<i>Scottish Journal of Theology</i>
<i>STb</i>	<i>Studia Theologica</i>
<i>WA</i>	D. M. Luthers Werke: kritische Gesamtausgabe
<i>WABr</i>	D. M. Luthers Werke: Briefwechsel
<i>Z</i>	Huldrych Zwinglis sämtliche Werke (Corpus Reformatorum)
<i>ZKG</i>	<i>Zeitschrift für Kirchengeschichte</i>
<i>ZThK</i>	<i>Zeitschrift für Theologie und Kirche</i>

A GÊNESE DA DOCTRINA

A CAUSA QUE DEU ORIGEM À FÉ CRISTÃ e à doutrina cristã foi e é um homem chamado Jesus, que surgiu na Terra Santa no tempo do imperador Tibério e foi crucificado sob o procurador romano Pôncio Pilatos. Sabemos a respeito de Jesus somente através das tradições a respeito de seus feitos e suas palavras preservadas no Novo Testamento.¹ Num ato coletivo e unânime de recordações, a comunidade de fé decidiu se aliar a *essa* história como seu recurso fundamental de legitimação. A história de Jesus de Nazaré foi, e continua sendo, a prova de fogo das possibilidades doutrinárias cristãs, o paradigma controlador das potencialidades conceituais. Qualquer que seja o referente externo último da doutrina cristã, seu referente externo mais próximo é essa história.

Atribuir autoridade a Jesus de Nazaré, não importa como ela seja articulada ou defendida posteriormente,² é atribuir autoridade a um evento passado não *porque* seja passado,³ mas porque aquilo que ocorreu no passado é entendido como dotado de importância para a transformação do presente e para a construção do futuro. Além das recordações da vida e da morte de Jesus, o Novo Testamento apresenta as tradições decorrentes do impacto deixado por ele depois que ressuscitou dos mortos,⁴ bem

¹Veja uma abordagem da natureza e das limitações da tradição de Jesus fora do Novo Testamento na coleção de ensaios reunida em David Wenham, org., *The Jesus tradition outside the Gospels* (Sheffield, 1984), esp. Draper, “The Jesus tradition in the Didache”, e Harris, “References to Jesus in early classical authors”. Um relato mais sucinto aparece em Kee, *Jesus in history*, p. 42-53.

²Cf. Simon, *General theory of authority*; Stout, *Flight from authority*.

³Uma postura definida por Robin Horton como “tradicionalismo cognitivo”: “Tradition and modernity revisited”, p. 239-41. Contudo, o autor ressalta que (p. 240) “uma crença é legitimada *não só* porque há garantias de que chegou a nós da parte dos antigos, mas também *em última análise*, porque as crenças dos antigos mostraram seu valor ao longo dos séculos como instrumentos de explicação, predição e controle”. Skorupski (*Symbol and theory*, p. 204) assinala que os pensadores tradicionalistas se caracterizam por sua relutância em rejeitar ideias transmitidas de forma tradicional, embora mantenham uma atitude essencialmente aberta em relação às suas próprias ideias baseadas naquelas mesmas ideias. Convém notar que as origens da ideia moderna de que a condição de passado de um evento depõe contra a sua credibilidade e sua autoridade remonta a meados do século 17: Hacking, *The emergence of probability*.

⁴Nesta etapa, não se fará tentativa alguma de elucidar o que a tradição do Novo Testamento entende por sua afirmação com respeito à ressurreição. Observo simplesmente sua ocorrência difusa em todos os níveis dessa tradição.

como as diversas tentativas de explicar sua identidade e seu significado à luz desse evento. O Novo Testamento é basicamente o repositório das tradições formadoras da comunidade cristã e que deram identidade a ela, especialmente no que diz respeito a Jesus de Nazaré.⁵ Ele não compreende a totalidade das tradições; antes, contém aqueles elementos da tradição primitiva que as primeiras comunidades cristãs consideravam decisivas para sua própria identidade e propósitos, e que por isso foram preservados. Outras tradições foram indiscutivelmente silenciadas por meio da irreversibilidade do processo histórico, e desse modo permitiu-se que morressem.

Jesus é o *explicandum* fundamental da teologia cristã. Ele é algo e alguém que requer explicação.⁶ A primeira comunidade de fé reconheceu nele aquele que trouxe o juízo divino e, em decorrência disso, a possibilidade de conversão e de renovação. A doutrina cristã não está interessada, em primeiro lugar, nos *insights* de Jesus de Nazaré, e sim nos *insights* da comunidade de fé a seu respeito. Mas como pôde esse Jesus ser colocado no mapa da linguagem sobre Deus e a humanidade? Como puderam os padrões de pensamento e os modos de reflexão então existentes — quer herdados do judaísmo, quer do platonismo — ser empregados para exprimir a importância de Jesus como portador do juízo e da renovação divinos? De algum modo, as comunidades de fé tinham de conservar maneiras de pensar e de falar sobre Jesus que preservassem sua autoridade e abrangência,⁷ pondo de lado, ao mesmo tempo, aquelas opções que o limitavam ou que o comprometiam nesse sentido. No Novo Testamento, há evidências claras de que as comunidades cristãs primitivas estavam adotando fórmulas confessionais fixas como forma de encapsular e transmitir os aspectos essenciais do entendimento que tinham acerca da importância pessoal de Jesus de Nazaré para a sua situação. O termo “Cristo”, por exemplo, tão profundamente arraigado no testemunho que o Novo Testamento dá de Jesus de Nazaré, carrega em si a referência a uma linha de pensamento bastante difundida, embora complexa, de expectativa judaica.⁸ Talvez o exemplo mais claro de formação do querigma do evangelho numa fórmula confessional fixa possa ser encontrado em 1Coríntios 15.3-5, em que Paulo designa tal fórmula, tirada da tradição, como “evangelho”.⁹

⁵Cf. a interpretação de “depósito de fé” confiado à igreja e a ser guardado, defendido e transmitido (p. ex., 1Tm 6.20; 2Tm 1.12-14; 2.2,14; 14.3; Tt 1.9,13) encontrado em Torrance, *The Trinitarian faith*, p. 30-1; 257-61.

⁶Observe-se a ênfase, no âmbito da psicologia cognitiva, na necessidade que os seres humanos têm de atribuir sentido aos eventos; cf. Harvey e Weary, *Perspectives on attributional processes*.

⁷O termo “autoridade” tem aqui o sentido abrangente de um complexo de funções, como notou Simon, *General theory of authority*, p. 20-2.

⁸Cf. em Neusner et al., *Judaisms and their Messiahs at the turn of the Christian Era*, a documentação sobre a complexidade dessas expectativas. Em linhas gerais, cf. Hahn, *Christologische Hobeitstitel*, p. 133-225; Vermes, *Jesus the Jew*, p. 132.

⁹Cf. também Cullmann, *Die ersten christlichen Glaubensbekenntnisse*; Schlier, “Die Anfänge des christologischen Credo”.

Na tentativa de demarcar a importância de Jesus em tais fórmulas está a origem da doutrina cristã. Isso porque a repetição fiel e acrítica das fórmulas, por mais conveniente que possa ter sido para a afirmação litúrgica de fidelidade às comunidades cristãs primitivas, foi, paulatinamente, se tornando inadequada como meio de preservação da continuidade com a igreja apostólica, exceto no nível meramente formal. O instinto primitivo de preservar a tradição pela reiteração precisou abrir caminho para a necessidade observada de dar continuidade a sua história por meio da reformulação e da interpretação. O dinamismo das tradições do Novo Testamento sobre Jesus estava comprometido por causa desse processo de preservação, na medida em que resultava em petrificação, aprisionando algo antes vivo em uma forma estática, assim como um fóssil preservado em uma rocha ou uma mosca aprisionada no âmbar. Estes são símbolos do passado e da condição passada propriamente dita — um passado que um dia foi vivo e vibrante, mas que agora está morto, rígido e estático. Eles se parecem com objetos estranhos e incomuns num museu da história intelectual, um anacronismo. O símbolo que pretendia expressar hoje o sentido que tinha no passado degenera num símbolo do próprio passado. A necessidade de um “renascimento de imagens” subjaz à gênese da doutrina.¹⁰ Portanto, não se deve encarar a doutrina como um distanciamento alienante do evangelho; trata-se, antes, do desenvolvimento de um nível mais avançado de consciência interpretativa dentro da comunidade cristã.

Além disso, as tradições do Novo Testamento referentes a Jesus trazem consigo continuidades de conflito relacionadas à identidade e importância dele.¹¹ A imagem romântica de uma igreja cristã nascente, unânime em suas declarações sobre Jesus Cristo,¹² obscureceu o fato de que esse conflito interno é inerente à tradição relativa a Jesus. Os conflitos no processo de formação da comunidade cristã são transmitidos e repercutem nas tradições pré-canônicas preservadas no Novo Testamento. Um intervalo extraordinariamente curto separa a morte e a ressurreição de Jesus de Nazaré do desenvolvimento de um esforço intelectual contínuo no interior das primeiras comunidades cristãs no tocante aos meios mais adequados de articular sua identidade e importância. O conflito é inerente à tradição associada a Jesus: essa tradição não *gera* simplesmente o conflito; ela o *transmite* como elemento constituinte essencial. À medida que a controvérsia se propagou de modo acentuado na igreja primitiva, ficou claro que a reelaboração crítica deliberada da tradição cristã e de seus conflitos transmitidos era tanto necessária quanto inevitável. A mera repetição das

¹⁰Farrer, *A rebirth of images*, p. 14: “As imagens [de Deus] não são absolutamente invariáveis ao longo de todas as eras, e não há estudo histórico mais importante do que o estudo de suas transformações. Tal transformação encontra expressão no nascimento do cristianismo: trata-se de um renascimento visível de imagens”.

¹¹Esse ponto foi levantado por Trocmé, *Jésus de Nazareth*, p. 141-2.

¹²Cf. Wilken, *Myth of Christian beginnings*.

- ▶ Que é doutrina?
- ▶ Como pode uma afirmação doutrinária do passado ter autoridade no presente?
- ▶ Como as afirmações doutrinárias devem ser analisadas e avaliadas criticamente?

Essas são perguntas cruciais para a teologia cristã, e a maneira em que são respondidas gera consequências significativas para a igreja. *A gênese da doutrina* explora um conjunto de questões fundamentais relacionadas à natureza da doutrina cristã e apresenta uma investigação detalhada dos fatores que norteiam seu desenvolvimento.

McGrath trata da questão crucial da autoridade do passado na teologia cristã, concentrando o foco principalmente em como a doutrina opera para manter a continuidade na tradição cristã. *A gênese da doutrina* representa a análise de uma “terceira via” no que diz respeito ao significado da doutrina cristã, rejeitando tanto as abordagens que insistem na repetição acrítica da herança doutrinária do passado quanto as que negam a autoridade de formulações doutrinárias passadas.

O livro encerra com a confirmação de que a doutrina terá lugar garantido no futuro da igreja, conclusão a que o autor chega com base em uma série de importantes considerações teológicas e culturais.